



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ÉVINE ALCÂNTARA BARBOSA LEITE

COLONIALIDADE E POLÍTICAS SEXUAIS EM UGANDA: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

JOÃO PESSOA

2026

ÉVINE ALCÂNTARA BARBOSA LEITE

**COLONIALIDADE E POLÍTICAS SEXUAIS EM UGANDA: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

Artigo científico apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção de título de Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Xaman Korai
Pinheiro Minillo

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L533c Leite, Evine Alcantara Barbosa.

Colonialidade e políticas sexuais em Uganda: uma
revisão sistemática da literatura / Evine Alcantara
Barbosa Leite. - João Pessoa, 2026.
42 f. : il.

Orientação: Xaman Korai Pinheiro Minillo.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Uganda. 2. Colonialidade. 3. Políticas sexuais.
4. Homofobia. 5. Produção do conhecimento. I. Minillo,
Xaman Korai Pinheiro. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

EVINE ALCANTARA BARBOSA LEITE

"COLONIALIDADE E POLÍTICAS SEXUAIS EM UGANDA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em 6 de março de 2026

Documento assinado digitalmente
 XAMAN KORAI PINHEIRO MINILLO
Data: 09/03/2026 10:59:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Xaman Korai Pinheiro Minillo - (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Assinado por: **Rui André Lima Gonçalves da Silva Garrido**
Num. de Identificação: 12532632
Data: 2026.03.08 19:06:08+00'00'

Prof. Dr. Rui Garrido - (Membro 2)
Universidade Portucalense (Porto, Portugal)

Documento assinado digitalmente
 CAMILA SANTOS ANDRADE
Data: 09/03/2026 13:44:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Camila Santos Andrade - (Membro 3)
Universidade de Joanesburgo

AGRADECIMENTOS

Dizem que escrever é um ato solitário; eu nunca estive só. As palavras que já escrevi são resultado do amparo de uma rede de pessoas que, em diferentes estágios, me guiaram, me ensinaram e pacientemente foram abrigo para meus anseios, minhas dúvidas e, o mais importante, me ouviram e me incentivaram. A todas vocês que me ajudam a encontrar minhas palavras, meu muito obrigada.

Sou paraibana e nasci na cidade do maior São João do mundo, Campina Grande, mas devo admitir que parte importante de quem sou nasceu com o balanço das jangadas, na charmosa Fortaleza. No Ceará, fui criança e assisti meus pais, Djane e Cássio, construírem suas carreiras. Desde o berço, fui ensinada o valor da educação e, dentro de casa, tenho duas das minhas maiores inspirações. Obrigada, mãe e pai, por me oferecerem os meios para chegar até aqui e por tudo aquilo que minhas palavras não conseguem alcançar. Eu amo vocês.

Agradeço a toda a minha família, que, desde que nasci, não conhece limites em me oferecer apoio para tudo. De maneira particular, aos meus avós: vovó Ana e vovô Marcelo, vovó Rejane e vovô Djair. Em especial, agradeço à minha avó Rejane e ao meu avô Djair por todo o tempo dedicado a ajudar na minha criação. Carrego muita gratidão também à minha madrinha Rosa, a quem admiro e amo de maneira sem igual. Cresci me inspirando nas minhas tias Denise e Danielle, às quais agradeço por sempre me acolherem e por terem me dado o presente mais lindo que recebi até hoje: minhas primas. Alice, Clarice, Ana Livia e Mariana, por causa de vocês me esforço para acreditar e tento contribuir para a construção de um mundo pautado na liberdade, na igualdade e no amor.

Em todas as fases da minha vida aprendi sobre amor, ao longo da infância, conheci o amor fraterno através de minhas amizades. Sou grata à minha melhor amiga Natália, que desde sempre se faz presente na minha vida, me ensinando sobre o valor da lealdade. Mesmo agora trilhando caminhos diferentes, estamos sempre juntas; seu amor e cuidado me protegem. Às minhas amigas Marina e Aninha; e aos meus amigos João e Fábio, agradeço a constância da amizade mesmo com a distância.

Em João Pessoa, mais uma vez o amor fraterno da amizade me encontrou e me acolheu. Às minhas amigas Carla e Ana Nisgoski, agradeço a companhia constante, o cuidado e o refúgio ao longo dos últimos anos. A Cecília, Bia Chagas, Bel, Jotapê, Ruan, Lia, Yuri, Samuel, Lindy, Lícia, Agnes, Alícia, Kauã, Bruno, Pâmela e Letícia M., agradeço o encontro

que, em diferentes fases, me ensinou sobre risada boa e companheirismo. Obrigada por caminharem comigo.

A quem marcou meus anos na graduação, colegas do PoliSexI, do GENERI e do TEMERI, e colegas com quem construí as gestões Tropicália e ArmoRIal do Carica, agradeço por todas as trocas e pelo pensamento consciente de que a neutralidade científica é impossível. Carrego muita gratidão a todos os professores e às técnicas e aos técnicos administrativos do DRI/UFPB por terem me auxiliado a trilhar os caminhos da graduação. Agradeço, em especial, a todas as professoras que encontrei no decorrer desses anos: vocês me mostraram o que almejo construir e ser. À minha orientadora, Profa. Xaman, agradeço a paciência de uma escuta atenta, mesmo quando me faltavam palavras; o amparo nos momentos de angústia com a pesquisa; o cuidado de sempre oferecer espaço e meios para que eu pudesse aprender; e as correções sempre tão detalhistas. Obrigada, professora, por todas as oportunidades. Seu apoio me deu rumo e propósito. Admiro a sensibilidade e a ética com que a senhora transmite conhecimento às pessoas que têm a oportunidade de serem suas alunas.

Por fim, agradeço a mim mesma. Chegar até aqui exigiu paciência e perseverança; passei por momentos de muita animação e também de desesperança, porém sou cercada de amor que faz florescer. Assim, reuni forças, não desisti e continuarei, porque quero ser ouvida.

As palavras são incompletas, e as minhas jamais alcançarão a dimensão do que desejo reconhecer.

RESUMO

O artigo investiga como a literatura acadêmica aborda políticas sexuais em Uganda e sua relação com o passado colonial britânico, desse modo, como pergunta de pesquisa, o estudo questiona: de que maneira a literatura aborda políticas voltadas à população LGBT em Uganda e sua relação com o passado colonial britânico? Para respondê-la, realiza uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), combinada à leitura analítica dos textos selecionados com o objetivo de mapear abordagens teóricas, metodológicas e temáticas do campo. Os resultados indicam que a produção analisada é escassa e converge ao identificar o legado colonial como elemento central na constituição das legislações anti-homossexualidade em Uganda, articulado a projetos nacionalistas, fundamentalismos religiosos e dinâmicas geopolíticas globais. Evidencia-se ainda a organização do debate em 4 eixos temáticos. A pesquisa demonstra não apenas como o tema vem sendo abordado, mas também uma lacuna na produção acadêmica, marcada por desigualdades na circulação e legitimação do conhecimento sobre políticas sexuais em contextos africanos. O estudo contribui para o mapeamento crítico da literatura e para a identificação de agendas futuras de pesquisa no campo das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Uganda; colonialidade; políticas sexuais; homofobia; produção do conhecimento.

ABSTRACT

This article examines how the literature addresses sexual politics in Uganda and their relationship with British colonialism. The study was guided by the following research question: how does literature address policies concerning LGBT populations in Uganda and their relationship to the British colonial past? To answer it, a Systematic Literature Review (SLR) was developed combined with analytical reading of selected texts to map the theoretical, methodological, and thematic approaches within the field. The findings indicate that the literature is limited and converges on identifying the colonial legacy as a central factor in the formation of Uganda's anti-homosexuality legislation, articulated with nationalist projects, religious fundamentalisms, and global geopolitical dynamics. The analysis shows that the debate is organised around 4 thematic axes. The study demonstrates how the topic has been addressed, highlighting a gap in academic production, marked by inequalities in the circulation and legitimation of knowledge on sexual politics in African contexts. In doing so, it contributes to a critical mapping of the literature and to the identification of future research agendas in the field of International Relations.

Keywords: Uganda; coloniality; sexual politics; homophobia; knowledge production.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHA	<i>Anti-Homosexuality Act</i>
AHB	<i>Anti-Homosexuality Bill</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DEA	<i>Diplôme d'Études Approfondies</i>
EUA	Estados Unidos da América
FWI	<i>Family Watch International</i>
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HIV-AIDS	Vírus da Imunodeficiência Humana / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ILGA	<i>International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association</i>
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
LGBTQ	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e <i>Queer</i>
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> , Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-Binárias, outras identidades e orientações
LSE	<i>London School of Economics and Political Science</i>
REDALYC	<i>Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal</i>
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
UAM-I	<i>Universidad Autónoma Metropolitana - Unidad Iztapalapa</i>
UnB	Universidade de Brasília
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAM	<i>Universidad Nacional Autónoma de México</i>

UNILAB

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Legislação e Emendas propostas a partir de 2009.....	18
Tabela 2 - Procedimentos da RSL.....	25
Tabela 3 - Artigos incluídos a partir da RSL.....	26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. COLONIALIDADE E POLÍTICAS SEXUAIS EM UGANDA.....	15
2. O ESTUDO DE POLÍTICAS SEXUAIS EM UGANDA E A GEOPOLÍTICA DO SABER.....	21
3. DESENVOLVENDO UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.....	24
4. RESULTADOS DA RSL:.....	30
<i>4.1. Contextualizando a Produção Acadêmica Revisada.....</i>	<i>30</i>
<i>4.2. Conexões metodológicas e Eixos analíticos.....</i>	<i>34</i>
CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

A década de 1990 constituiu um momento central para as políticas sexuais globais. O fim da Guerra Fria provocou mudanças significativas na conjuntura internacional, intensificando a interconexão entre o local e o global, à medida que temas para além da disputa bipolar ganharam destaque, entre eles as políticas sexuais e de gênero. Os arranjos contemporâneos de cidadania foram historicamente moldados por relações internacionais marcadas por práticas imperialistas e de colonização, sem que isso implique sua fixação sob regimes coloniais. Esses arranjos emergem das interações entre elites pós-coloniais, movimentos sociais e o sistema internacional moderno de Estados capitalistas, no contexto da matriz de poder da colonialidade. Nessa estrutura de desigualdades materiais, traduzidas em hierarquias morais, países do Norte Global detêm maior capacidade de difundir suas agendas como universais, enquanto políticas formuladas no Sul tendem a ser interpretadas como desviantes da norma e subordinadas (Rao, 2010; 2020; Thiel e Picq, 2015; Tamale, 2011; 2020).

Nas últimas décadas, observa-se o aumento das reivindicações de pessoas LGBT¹ por direitos e cidadania sexual (Richardson, 2015). Paralelamente, fortalecem-se discursos que colocam sexualidades não conformes à cis-heteronormatividade² como alvos de condenação moral e perseguição política. Na África Subsaariana, alguns Estados registram o recrudescimento de políticas homofóbicas promovidas por entes estatais. Atualmente, dos 65 países que ainda criminalizam a homossexualidade no mundo, 32 localizam-se no continente africano, sendo que 4 preveem a pena de morte³. Isso não deve ser generalizado como característica da região: países como Namíbia, Angola e Moçambique descriminalizaram a

¹ A sigla LGBT faz referência à representação da diversidade de orientações sexuais e performances de gênero (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros/Travestis/Transsexuais). Existem outras variações da sigla, mais inclusivas de diferentes performances, como LGBTQIAPN+, além de termos africanos, como *Kuchu*, utilizado por dissidentes sexuais em Uganda para se referirem a pessoas com desejos fora do eixo cis-heteronormativo. Para esta pesquisa, a escolha da sigla LGBT foi pautada na sintaxe utilizada para a realização da RSL, que, por sua vez, foi selecionada por se tratar de um descritor mais amplo, permitindo ampliar o escopo da busca e refletindo a sigla utilizada na literatura existente.

² Cis-heteronormatividade é a ideia e imposição social de que ser cisgênero e heterossexual constitui a única normalidade, presumindo uma relação binária automática entre sexo biológico, identidade de gênero e atração pelo sexo oposto. Butler (2006) descreve esse regime como a matriz heterossexual: uma grade de inteligibilidade cultural que torna corpos, gêneros e desejos compreensíveis apenas a partir da lógica de haver um sexo estável expresso por um gênero estável, definido em oposição hierárquica ao outro e regulado pela heterossexualidade compulsória. Nessa matriz, sexo, gênero e sexualidade são articulados como se formassem uma sequência natural e inevitável, produzindo o efeito de que a divisão binária dos sexos e a correspondência entre gênero e desejo seriam dados anteriores à linguagem e à cultura. Butler, contudo, argumenta que tanto o gênero quanto o próprio sexo são efeitos de práticas discursivas e normativas historicamente situadas, problematizando a suposição de uma base biológica pré-discursiva que fundamentaria essa ordem binária.

³ Informações acessadas na ILGA World Database. Disponível em: <https://database.ilga.org/criminalisation-consensual-same-sex-sexual-acts>. Acesso em: 12 jan. 2026.

homossexualidade, enquanto outros, como a Costa do Marfim, nunca criminalizaram relações entre pessoas do mesmo sexo. Destaca-se que, na maioria dos países onde se mantêm ou se endureceram políticas anti-LGBT, persiste o legado de códigos penais herdados de antigas metrópoles coloniais que criminalizam práticas sexuais homoafetivas (Costa, 2021).

As estruturas produzidas pelo colonialismo continuam a informar as configurações de poder nos Estados pós-coloniais, de modo que, mesmo após processos de independência, normas, instituições e hierarquias sociais legadas pelo domínio imperial seguem operando na conformação de arranjos de cidadania e na definição de fronteiras morais de pertencimento legítimo. Nesse sentido, a colonialidade manifesta-se não apenas na persistência de dispositivos jurídicos e administrativos, mas também na atualização de discursos de autoridade moral e religiosa que organizam disputas contemporâneas em torno da sexualidade (Quijano, 2000).

As políticas sexuais, particularmente aquelas relativas à regulação das dissidências sexuais e de gênero, constituem, assim, um campo privilegiado para observar como legados coloniais, projetos políticos nacionais e redes transnacionais de influência se articulam na produção de ordenamentos sociais e jurídicos. É a partir dessa perspectiva que o caso de Uganda se apresenta como relevante no entendimento das políticas sexuais internacionais, pois evidencia a reativação e o recrudescimento de dispositivos legais e discursos herdados do período colonial, bem como a atuação de atores políticos e religiosos nacionais e internacionais na conformação de políticas anti-LGBT.

O primeiro contato e o interesse em pesquisar o caso de Uganda deram-se no contexto em que a autora cursou a disciplina intitulada Política Internacional Contemporânea, em 2023, ofertada pelo curso de Relações Internacionais da UFPB e ministrada pela Profa. Dra. Xaman Minillo. Ao longo da disciplina, discutiu-se o contexto histórico da propagação do HIV/AIDS na África Subsaariana, mapeando-se o avanço da pandemia em paralelo a disputas políticas. Em uma das aulas, Uganda foi apresentada como um caso de relevância, na medida em que o recrudescimento de legislações anti-LGBT passou a representar uma ameaça às campanhas de mitigação e profilaxia do HIV/AIDS. Foi a partir desse primeiro contato que o interesse pelo tema se aprofundou, culminando no desenvolvimento desta pesquisa no âmbito de um projeto de Iniciação Científica voltado à análise de sexualidades no Sul Global, realizado no grupo de pesquisa Políticas Sexuais Internacionais (PoliSexI), parceria interinstitucional entre a UFPB e a UEPB, no qual o caso de Uganda foi consolidado como um recorte empírico relevante para compreender a articulação entre colonialidade e políticas sexuais.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é mapear as dimensões nas quais a literatura sobre homofobia em Uganda tem sido construída, de modo a salientar como as políticas sexuais no país são influenciadas por dinâmicas internacionais, em especial pelo legado da colonização britânica. Como pergunta de pesquisa, o estudo questiona: de que maneira a literatura aborda as políticas voltadas à população LGBT em Uganda e sua relação com o passado colonial britânico?

A base teórica que orienta este artigo apoia-se nos estudos sobre a colonialidade do poder, do gênero e do saber, compreendendo que as políticas sexuais em Uganda são atravessadas por dinâmicas históricas herdadas do colonialismo europeu. Autores como Quijano (2000), Lugones (2007, 2010), Mudimbe (1994) e Connell (2015, 2016) oferecem o enquadramento que permite entender como a dominação imperial reconfigurou relações de gênero, normas de sexualidade e formas de conhecimento, produzindo estruturas que persistem para além do colonialismo formal. Busca-se compreender, também, como o conhecimento sobre homofobia em Uganda é produzido e circula internacionalmente, considerando a localização institucional dos autores, os espaços de publicação e as desigualdades que marcam a geopolítica global do saber.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa utilizou método exploratório e interpretativo, uma vez que interpreta e analisa o conteúdo dos materiais encontrados a partir de fontes bibliográficas, como artigos científicos e teses. No que se refere aos procedimentos metodológicos, a coleta de dados iniciou-se por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), utilizando combinações de palavras-chave relacionadas a Uganda, colonialismo e políticas sexuais. A literatura identificada foi analisada de modo qualitativo e interpretativo (Carvalho Pinto, 2023), considerando os dados apresentados, as interpretações oferecidas pelos autores, e estes em seus contextos específicos. Partindo do entendimento de que a colonialidade estrutura hierarquias epistêmicas que privilegiam o Norte Global tanto nos paradigmas científicos quanto nos critérios de legitimação da produção acadêmica (Connell, 2016).

As políticas sexuais não se limitam a dinâmicas domésticas, sendo também influenciadas por processos internacionais, como a colonialidade. O estudo de Uganda é relevante por se tratar de um Estado com uma das legislações anti-LGBT mais draconianas, permitindo observar a articulação entre repressão às dissidências sexuais e colonialidade. A pesquisa justifica-se ainda porque políticas sexuais, Uganda e o continente africano ocupam posições periféricas nas ontologias tradicionais das Relações Internacionais, assim como a colonialidade enquanto referencial teórico e epistemológico, evidenciando uma intersecção de

temas marginalizados. Diante do número limitado de trabalhos sobre a relação entre passado colonial e políticas sexuais no Sul Global, analisa-se também onde e por quem esse conhecimento é produzido, considerando o perfil institucional e geográfico dos autores e as desigualdades que marcam sua circulação. Busca-se, assim, contribuir aos debates sobre políticas sexuais em contextos pós-coloniais e às Relações Internacionais no Sul Global, tensionando hierarquias de produção do conhecimento influenciadas pela colonialidade.

O artigo organiza-se em cinco seções, além desta introdução. A primeira apresenta o contexto da pesquisa, abordando o passado colonial britânico em Uganda e a conexão entre a legislação atual e o código penal colonial, evidenciando as nuances da colonialidade nas políticas sexuais. A segunda discute o marco teórico, articulando colonialidade, políticas sexuais em Uganda e geopolítica do saber. A terceira descreve o procedimento metodológico adotado, a RSL. A quarta apresenta e analisa os resultados da RSL, dividida em duas subseções: uma situa as publicações revisadas e outra discute as convergências metodológicas e eixos analíticos identificados na literatura. Por fim, a quinta seção expõe as conclusões, refletindo sobre as implicações da escassez de literatura acerca de políticas sexuais e colonialidade nas Relações Internacionais.

1. COLONIALIDADE E POLÍTICAS SEXUAIS EM UGANDA

O caso de Uganda exemplifica como a colonialidade do poder se manifesta nas políticas sexuais contemporâneas do Sul Global, evidenciando a persistência de lógicas coloniais articuladas a dinâmicas globais de poder. Esse legado é visível no fato de que Uganda, enquanto colônia britânica, adotou o Código Penal indiano, instituído em 1860 pelo Conselho Administrativo Britânico, como parte de uma estratégia imperial de regulação e controle social. A Seção 377 desse código criminaliza relações carnavais “contra a ordem da natureza”, expressando o uso da criminalização da sodomia como instrumento de controle social e biopolítico, isto é, de regulação estatal das práticas sexuais e dos corpos (Foucault, 1988). Essa lógica permaneceu no Código Penal ugandense de 1950, especialmente nas Seções 145–147, que criminalizavam atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo e continuaram vigentes após a independência, em 1962.

Entende-se, assim, que as transformações e normatividades morais, como aquelas relacionadas a sexualidade, impostas pelo domínio imperial excedem os limites temporais do colonialismo formal na medida em que, mesmo após a constituição das instituições pós-independência, a estrutura de poder forjada pela metrópole manteve-se operante, conformando dinâmicas sociais e políticas nos Estados do Sul (Quijano, 2000). A compreensão das configurações de políticas sexuais no Sul Global articula-se, portanto, à análise do processo histórico de consolidação do empreendimento colonial, cujas lógicas persistem sob a forma de colonialidade.

A literatura especializada tem apontado o colonialismo britânico como um elemento importante para compreender processos contemporâneos de recrudescimento da homofobia estatal em diferentes contextos africanos (Epprecht, 2013), uma vez que a difusão de legislações antissodomia no continente esteve diretamente associada à expansão das estruturas jurídicas e morais do empreendimento imperial europeu, assim como à disseminação de discursos que sustentavam a ideia da “inexistência” histórica da homossexualidade na África Subsaariana (Costa, 2021). Nesse sentido, torna-se relevante observar que os projetos coloniais não atuaram de forma homogênea na regulação das práticas sexuais, produzindo legados institucionais e normativos distintos. O modelo imperial britânico distingue-se de outros tendo institucionalizado, segundo Mamdani (2018), a prática de administração indireta. Isto resultou na produção de um Estado bifurcado, no qual populações urbanas eram regidas por instituições civis e podiam aspirar a uma cidadania limitada, enquanto populações rurais eram submetidas ao poder de chefes locais – cuja autoridade era fruto de uma re-significação

da autoridade local tradicional à luz do projeto colonial. Esse arranjo, que barateou o governo colonial, promoveu fragmentação e reforçou autoritarismo e identitarismos essencialistas. Em termos de políticas sexuais, a colonização britânica caracterizou-se pela incorporação sistemática de dispositivos penais voltados à criminalização das dissidências sexuais, como implementação de normativas do Código Penal Indiano de 1860, além de uma aplicação mais consistente dessas leis no cotidiano administrativo das colônias. Ainda que o colonialismo português também tenha previsto a punição da sodomia em seus códigos penais coloniais, a forma como tais dispositivos foram operacionalizados apresentou maior heterogeneidade e menor padronização prática (Costa, 2021). Epprecht (2004) destaca que essas diferenças nos modelos de dominação imperial contribuíram para a conformação de trajetórias pós-coloniais igualmente distintas na regulação estatal da sexualidade, essa distinção se torna relevante para compreender o caso de Uganda, onde a permanência e o endurecimento de dispositivos legais herdados da colonização britânica evidenciam como legados coloniais continuam a estruturar disputas políticas e morais em torno das políticas sexuais no período pós-independência.

Propõe-se o exame das políticas sexuais de Uganda como um estudo de caso que pode ilustrar a colonialidade não como manutenção estática de arranjos coloniais, mas como estrutura de poder que arranjos novos que vêm sendo estruturados nas políticas contemporâneas após processos formais de independência. A ex-colônia britânica se mostra como importante objeto de análise para localizar a influência do histórico de colonização em políticas sexuais, especialmente quando, a partir da introdução do draconiano *Anti Homosexuality Bill* (AHB) em 2009, observa-se uma intensificação e expansão da proibição das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, além da criação de uma nova categoria criminal: a “promoção da homossexualidade”, que poderia ser punida com pena de morte.

Localizar focos dessa ampliação das políticas sexuais punitivas é importante, pois fornece uma base para entender o entrelaçamento entre políticas sexuais e relações internacionais. Em março de 2009, em Kampala, capital de Uganda, tomou cena o seminário “*Exposing the International Homosexual Agenda*”, baseado nos pontos centrais do AHB e promovido pela igreja protestante, com a presença de missionários americanos como Scott Lively⁴, atraindo atenção de membros da estrutura política e da mídia ugandense. Esse evento mostrou-se como um fenômeno importante para auxiliar a compreensão da conexão entre local e internacional, uma vez que promoveu a adoção de legislações e práticas draconianas

⁴ Fundador da igreja “*Abiding Truth Ministries and Defend the Family International*” e co-autor do termo “*The Pink Swastika*”, símbolos neocoloniais que carregam imaginário homofóbico em defesa ao recrudescimento de políticas anti-LGBT no continente africano.

como punição para homossexuais. A princípio, em 2009, as agitações levantadas pelo seminário de que membros da comunidade LGBT deveriam ser punidos com pena capital, por representarem uma ameaça às instituições da família e do casamento, além da propensão a recrutar crianças para esse estilo de vida, foram contidas pelo presidente Yoweri Museveni.

Rao (2020) interpreta que tal posicionamento esteve relacionado às preocupações com os impactos negativos desses eventos sobre os financiamentos internacionais, considerados essenciais para a economia ugandense. Nesse sentido, destaca-se que, em 2011, as administrações Obama e Cameron propuseram vincular a ajuda externa dos Estados Unidos e do Reino Unido, respectivamente, ao respeito aos direitos de pessoas LGBT, condicionando o repasse de recursos à observância desses direitos. Embora não tenha sido implementada, essa política foi publicamente defendida como parte do compromisso dessas nações com a promoção dos direitos humanos. Em Uganda, diante das pressões internacionais pela proteção da população LGBT, o presidente Museveni recuou na aprovação do AHB. Paralelamente, porém, setores evangélicos instrumentalizaram esses discursos para impulsionar a campanha em defesa do pacote legislativo Anti-Homossexualidade, associando as posições dos EUA e do Reino Unido a uma ameaça à soberania nacional e à identidade cultural. Assim, consolidou-se no debate público ugandense uma dicotomia entre “valores ocidentais”, vinculados aos direitos LGBT, e “valores africanos”, apresentados como passíveis de proteção frente à influência externa.

Observa-se, nesse contexto, a formulação de uma resposta de caráter retaliatório, que pode ser interpretada como uma reação à imposição de concepções ocidentais sobre homossexualidade e direitos, inserindo-se em uma lógica messiânica que também pode ser observada em outros contextos (Massad, 2002). Essa perspectiva se evidencia em pronunciamentos como o do então Primeiro-Ministro britânico David Cameron que, em outubro de 2011, em entrevista, classificou as políticas discriminatórias contra pessoas LGBT em países africanos como reflexo de um “atraso”, sugerindo que caberia às nações ocidentais que já haviam passado por momento similar em seu passado, auxiliá-los nesse processo⁵. Tal discurso reforça uma visão imperialista que, ao centralizar o Ocidente como modelo civilizatório, obscurece o papel das antigas potências coloniais, especialmente do Império

⁵ DAVID CAMERON. Entrevista concedida à BBC News Londres no Andrew Marr Show em Outubro de 2011. "I think if you go back in our own country's history, there was a time when we, you know till quite recently, discriminated in lots of ways. I think these countries are all on a journey and it's up to us to try and help them along that journey, and that's exactly what we do." Disponível em: http://news.bbc.co.uk/1/hi/programmes/andrew_marr_show/9627898.stm. Acesso em: 10 fev. 2025.

Britânico, na construção de um arcabouço normativo que, em grande medida, perpetua a criminalização das relações homoafetivas.

Em 2014, políticas sexuais ganharam proeminência discursiva em Uganda novamente a partir do impulsionamento de movimentos fundamentalistas internacionais como a *Family Watch International*⁶, que cooptaram membros do parlamento para a defesa das pautas anti-LGBT. Juntou-se a isso a percepção dos ganhos políticos que o apoio à promoção do AHB poderia representar, tendo em vista o poder difuso da igreja em angariar apoio de bases religiosas e dos legisladores ugandenses. Tal conjuntura levou Museveni a adotar o *Anti Homosexual Act* (AHA), proposta que substituiu o AHB trocando a pena de morte pela prisão perpétua para aqueles que cometessem o crime de “homossexualidade agravada”, isso é, que envolvessem coerção, vulnerabilidade ou simplesmente repetição da ação.

Ainda que o AHA de 2014 foi anulado pela Corte Constitucional, é notável como, desde 2009, as movimentações legislativas no país se intensificaram à medida que, ano após ano, emendas constitucionais foram adicionadas ao AHA, estabelecendo penas cada vez mais severas a sexualidades não conformes à cis-heteronormatividade. Esse processo culminou em 2023 quando foi aprovado o *Anti-Homosexuality Act, 2023*. A norma, prevê prisão perpétua para práticas de relações sexuais entre duas pessoas do mesmo sexo e até pena de morte para “reincidentes”. Também estabelece até 20 anos de prisão para a “promoção da homossexualidade”, ou seja, oferecer qualquer tipo de apoio a movimentos LGBT. A tabela a seguir ilustra as emendas constitucionais anti-LGBT adicionais a partir de 2009 em Uganda:

Tabela 1 - Legislação e Emendas propostas a partir de 2009

Ano	Emenda Legislativa	Disposições Estabelecidas	Proponente	Cargo Político	Reação do Presidente
2009	<i>Anti Homosexuality Bill, 2009</i>	Introduziu os crimes de “homossexualidade” e “homossexualidade agravada”. A primeira incluía atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo, puníveis com prisão perpétua. A segunda aplicava-se a atos envolvendo menores,	David Bahati	Deputado pelo partido governista “ <i>National Resistance Movement</i> ”	Museveni expressou apoio inicial, mas depois pediu cautela devido à pressão internacional.

⁶ Fundada por Sharon Slater em 1999 nos EUA, a organização adota uma perspectiva conservadora e fundamentalista sobre família e moralidade, posicionando-se contra os direitos LGBT. Em Uganda, participou de redes e eventos que uniram líderes políticos e religiosos em pautas morais conservadoras, associando homossexualidade a ameaças à moralidade e à estabilidade familiar, e buscou influenciar debates políticos e legislativos sobre sexualidade e políticas familiares, reforçando estigmas e discursos de intolerância contra a comunidade LGBT.

		pessoas com deficiência ou quando o acusado era HIV positivo, prevendo pena de morte.			
2014	<i>The Anti-Homosexuality Act, 2014</i>	Criminalizou relações entre pessoas do mesmo sexo, prevendo prisão perpétua para “homossexualidade agravada”. Também proibiu a “promoção” da homossexualidade por indivíduos e organizações, com penas de até sete anos.	David Bahati	Deputado pelo partido governista “<i>National Resistance Movement</i>”	Museveni assinou a lei em fevereiro de 2014. A Corte Constitucional a anulou em agosto de 2014 por questões processuais.
2019	<i>Sexual Offences Bill, 2019</i>	Reformulou os crimes sexuais, incluindo a homossexualidade, reafirmando a criminalização de relações entre pessoas do mesmo sexo.	Monicah Amoding	Deputada pelo partido governista “<i>National Resistance Movement</i>”	Museveni apoiou a revisão do código penal, incluindo aspectos considerados tradicionais e culturais.
2023	<i>The Anti-Homosexuality Act, 2023</i>	Tornou crime “promover” ou “engajar-se em atos de homossexualidade”, punível com prisão perpétua, e introduziu pena de morte para “homossexualidade agravada”. Identificar-se como gay não foi criminalizado.	Asuman Basalirwa	Deputado e presidente do partido de oposição “<i>Justice Forum</i>”	Museveni inicialmente recusou assinar, pedindo ajustes em abril de 2023. Em maio de 2023, sancionou a lei após revisões, declarando que protege valores tradicionais. A lei recebeu forte crítica local e internacional, com organizações chamando-a de “instrumento de legalização do ódio”

Fonte: elaborado pela autora

Além do papel das ameaças de restrição à ajuda internacional (Cheney, 2010), destacam-se as resistências de ativistas e organizações locais que desafiaram judicialmente o Anti-Homosexuality Act (2023), alegando violação de direitos constitucionais e de tratados internacionais. Museveni rejeitou essas críticas ao afirmar que leis contra a homossexualidade seriam necessárias para proteger os valores tradicionais da sociedade ugandense. Evidencia-se, assim, como o legado colonial se manifesta de forma particular em Uganda e como os arranjos contemporâneos de cidadania resultam tanto de práticas imperialistas e de colonização quanto das interações entre elites pós-coloniais e movimentos sociais.

Uma demonstração de como as políticas sexuais em disputa entre Estado e sociedade civil se articulam à arena internacional é a conexão entre Uganda e os Estados Unidos. Apesar das condenações formais às medidas anti-LGBT por grande parte das regiões historicamente constituídas como modelo desejável de desenvolvimento da sociedade moderna – o chamado mundo ocidental (Hall, 2016) –, observa-se que setores da sociedade civil norte-americana, especialmente lideranças evangélicas, apoiam há décadas a formulação de políticas conservadoras em Uganda, valendo-se, entre outros meios, de projetos ligados ao combate à epidemia de HIV-AIDS (Sadgrove *et al.*, 2012). Exemplo disso foi a atuação do pastor Scott Lively, que visitou o país repetidamente e se aliou a lideranças homofóbicas locais. Em 2012, o grupo Sexual Minorities Uganda processou-o por incitar a perseguição dessa comunidade (Center for Constitutional Rights, 2019). Essas dinâmicas evidenciam os limites de discursos que associam o Ocidente à plena garantia de direitos LGBT e o Sul Global à vitimização dessas populações.

Evidencia-se a colonialidade das políticas sexuais contemporâneas tanto na pressão exercida por atores do Norte Global para conter o AHB quanto na atuação de lideranças estadunidenses que promovem agendas homofóbicas em Uganda. Percebe-se, assim, a aparente inconsistência entre os discursos defendidos por diferentes atores ocidentais – de um lado, as posturas homofóbicas promovidas e apoiadas por figuras como Scott Lively; de outro, as posições públicas adotadas por lideranças políticas ocidentais em prol dos direitos de minorias sexuais –, o que revela a permanência do peso do Ocidente, de suas agendas e de seus discursos no desenho das políticas sexuais ugandenses

2. O ESTUDO DE POLÍTICAS SEXUAIS EM UGANDA E A GEOPOLÍTICA DO SABER

As experiências históricas de povos submetidos a regimes coloniais diferem daquelas vivenciadas nas metrópoles, exigindo abordagens analíticas epistemologicamente situadas e sensíveis às suas especificidades históricas e culturais (Connell, 2015). A consolidação da modernidade, articulada ao empreendimento colonial, implicou a formulação de novos padrões de organização social, tendo como elemento central a reconfiguração das relações de gênero (Mudimbe, 1994). As normatividades impostas pelo domínio imperial ultrapassam os limites temporais do colonialismo formal, pois, mesmo após a criação de novas instituições nos territórios colonizados, a estrutura de poder forjada pela metrópole permaneceu operante, conformando dinâmicas sociais e políticas nos Estados do Sul – fenômeno conceituado por Quijano (2000) como colonialidade do poder. Nesse sentido, Lugones (2007, 2010) propõe a categoria de colonialidade de gênero, ao sustentar que a construção moderna de gênero constitui um dispositivo colonial, co-constituído com a matriz heterossexual, que continua a estruturar e reproduzir relações de dominação em escala global.

A reordenação das divisões espaciais e sociais promovida pelo domínio colonial constituiu um instrumento central para o dismantelamento das formas de organização dos povos colonizados e a consolidação do controle imperial. No cenário contemporâneo, embora o domínio formal tenha sido substituído por mecanismos como poder financeiro, investimentos corporativos, relações comerciais e programas de financiamento internacional, é nesses arranjos que as relações de gênero continuam a ser estruturadas (Connell, 2015). A compreensão das configurações de poder no Sul Global articula-se, assim, à análise dos processos históricos do empreendimento colonial, cujas lógicas persistem sob a forma de colonialidade. Nesse sentido, o exame das sexualidades no Sul Global permite compreender como estruturas coloniais seguem moldando relações de poder, gênero e sexualidade na contemporaneidade. Não se sustenta que a colonialidade influencie apenas as políticas sexuais no Sul Global, uma vez que também é constitutiva dos arranjos forjados no Norte. Destaca-se, contudo, que desigualdades epistemológicas e materiais tornam particularmente relevante o exame de políticas sexuais em contextos marginalizados no sistema internacional, como Uganda, e em temáticas historicamente deslegitimadas nas Relações Internacionais.

Estudar a interconexão entre relações de gênero e a conformação e perpetuação de práticas de poder exige refletir sobre a inserção da produção de conhecimento científico no desenvolvimento desigual da divisão internacional do trabalho (Beigel, 2013; Medina *et al.*,

2014; Vessuri, 2003), característica da modernidade, que estrutura uma divisão global do conhecimento com raízes no imperialismo. A modernidade é compreendida como um fenômeno europeu que estabelece uma relação assimétrica de dominação com a alteridade, afirmando a Europa como centro da história mundial e relegando a periferia à condição de Outro (Dussel, 1993). Institui-se, assim, um padrão de desenvolvimento eurocêntrico, no qual tudo o que não é centro é definido como periferia. Nesse contexto, configura-se o Mito da Modernidade, criticado por Dussel (1993) não como um projeto emancipatório, mas como uma ideologia que emergiu quando a Europa, ao confrontar o Outro, construiu sua identidade colonizadora por meio de sua negação. Desse modo, a modernidade marca a origem do processo de dissimulação do não europeu, evidenciando que a experiência da conquista é constitutiva da identidade moderna e que modernidade e colonialidade surgem como processos indissociáveis na definição das relações entre centro e periferia.

No contexto colonial, as colônias funcionavam como fontes de dados e de bens materiais destinados às metrópoles, que se consolidaram como centros de produção teórica nas ciências. Na era da globalização, essa hierarquia persiste, uma vez que as antigas metrópoles continuam a ocupar a posição de centros teóricos, sustentadas por institutos de pesquisa e bancos de dados, em um processo definido por Hountondji (1997) como colonização do saber teórico. Torna-se necessário compreender como a modernidade impulsiona a produção do conhecimento, já que, nesse contexto histórico, as ciências sociais emergem voltadas à compreensão das transformações promovidas pela própria modernidade (Bhambra, 2007). Desse modo, a modernidade não apenas inaugura novos objetos de investigação, mas também estabelece os marcos institucionais e epistemológicos da produção científica. Bhambra (2007) argumenta que a modernidade se estrutura a partir de dois eixos – a estrutura institucional e os códigos culturais – e que as ciências sociais organizam o campo do conhecimento por meio da distinção entre sistema e social. Essa estrutura disciplinar permite o reconhecimento de diferenças como gênero e sexualidade, sem, contudo, alterar as categorias centrais da modernidade, legitimando o silenciamento dessas questões nos estudos sobre política e, especialmente, sobre políticas internacionais.

O conhecimento não é uma construção abstrata, mas produto de práticas, discursos e instituições que moldam percepções e constituem noções de realidade em contextos históricos específicos. A produção do conhecimento moderno é indissociável da matriz de poder da colonialidade, pois organiza hierarquias epistêmicas que universalizam a experiência europeia e marginalizam outros saberes. Destaca-se, nesse contexto, a importância de uma abordagem que considere o trabalho dos intelectuais segundo suas localizações nas geografias da

modernidade/colonialidade, incluindo contextos institucionais e práticas de conhecimento (Connell; Collyer; Maia; Morrell, 2016). Connell (2015) aponta um desequilíbrio na produção acadêmica: apesar de robusta contribuição de autores do Sul Global, as bases teóricas – conceituação, teorização e métodos – permanecem majoritariamente formuladas no Norte. Como alternativa, propõe-se uma epistemologia de base solidária, fundamentada em interações horizontais que integrem trabalhos do Sul, favorecendo sobreposição de perspectivas, criação de arenas de conexão e compartilhamento de saberes, estabelecendo novos processos de estruturação e circulação do conhecimento. A pesquisa foi estruturada neste enquadramento, com o objetivo de mapear a literatura sobre políticas sexuais em Uganda à luz da colonialidade que permeia as políticas internacionais e a produção de conhecimento

3. DESENVOLVENDO UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Esta pesquisa utilizou uma RSL para investigar como as políticas sexuais em Uganda são influenciadas pelo legado colonial britânico e pelas dinâmicas internacionais. A RSL é uma metodologia que possibilita o mapeamento do estado da arte em um determinado campo do conhecimento. Ela segue protocolos previamente definidos para organizar, selecionar e avaliar um corpus documental de forma rigorosa e transparente, descrevendo detalhadamente as bases de dados consultadas, as estratégias de busca, os critérios de inclusão e exclusão dos estudos, o processo de análise dos dados e as limitações tanto dos trabalhos examinados quanto da própria revisão (Alves *et al*, 2022). Dessa forma, a metodologia aplicada permitiu estruturar o mapeamento do estado da arte com rigor e transparência, explicitando as fontes de busca, os termos utilizados, os critérios de seleção, as etapas analíticas e as limitações observadas nos estudos revisados.

Foram consultadas três plataformas: SCOPUS, CAPES e REDALYC, selecionadas por sua ampla cobertura de literatura acadêmica nacional e internacional nas áreas de ciências sociais, humanidades e estudos pós-coloniais. A combinação dessas bases buscou contemplar tanto a produção anglófona – central para pesquisas sobre Uganda e o Império Britânico – quanto a literatura latino-americana, relevante para debates teóricos sobre colonialidade e políticas sexuais. As buscas foram realizadas em inglês, português e espanhol, considerando que o inglês é o idioma predominante dos estudos sobre o contexto ugandense e o legado colonial britânico, enquanto o português e o espanhol ampliam o acesso a produções críticas do Sul Global.

A definição das palavras-chave partiu da articulação entre três eixos analíticos centrais da pesquisa: o contexto histórico-político de Uganda, o colonialismo britânico como estrutura formadora de normativas sociais e jurídicas, e a sexualidade compreendida em sua dimensão política. Assim, utilizaram-se os termos “Uganda”, “British Empire”, “Colonialism” e “Colonization” para delimitar o recorte histórico-colonial; e “Sexual Politics”, “LGBT” e “LGBTQ” para identificar estudos que abordassem disputas normativas, legislações e agendas públicas relacionadas à sexualidade. Os descritores foram combinados por operadores booleanos AND e OR, permitindo localizar trabalhos que articulassem esses eixos de maneira integrada.

Os critérios de inclusão selecionaram textos (artigos, capítulos de livro, dissertações e teses) que abordassem simultaneamente: (i) o colonialismo britânico; (ii) políticas sexuais e pautas LGBT; e (iii) o caso de Uganda, com atenção especial às legislações anti-LGBT. Foram excluídos trabalhos que não tratassem de forma central dessas interseções ou apresentassem desvios temáticos. As buscas resultaram em dois documentos elegíveis na SCOPUS, nenhum na CAPES e quatro na REDALYC, totalizando seis textos analisados. Esse conjunto reduzido evidencia a escassez de literatura que articule diretamente colonialismo britânico e políticas sexuais no contexto ugandense, mas fornece uma base analítica consistente para compreender como heranças coloniais se manifestam nas legislações e dinâmicas sociais contemporâneas.

A primeira busca na SCOPUS, com termos mais específicos, não apresentou resultados, o que demandou o ajuste da sintaxe para categorias mais amplas. Com isso, foram identificados quatro documentos, dos quais dois foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade, resultando em apenas dois textos pertinentes. Na plataforma CAPES, embora tenham sido encontrados quatro documentos em inglês, nenhum se enquadrou nos critérios de inclusão, evidenciando uma limitação inicial na disponibilidade de estudos diretamente voltados à temática. Para ampliar o escopo da revisão, acrescentou-se a plataforma REDALYC, utilizando a mesma sintaxe em inglês, português e espanhol. Foram encontrados dezoito documentos, dos quais quatorze foram excluídos, totalizando quatro textos elegíveis. A consolidação dos resultados revelou um conjunto reduzido de seis documentos pertinentes. A tabela abaixo apresenta, de forma resumida, os procedimentos adotados por essa RSL:

Tabela 2 - Procedimentos da RSL

Informação	Critério	Resultado
Plataformas consultadas	SCOPUS; CAPES; REDALYC	—
Palavras-chave	“Uganda” AND “British Empire” OR “Colonialism” OR “Colonization” AND “Sexual Politics” AND “LGBT” OR “LGBTQ”	—
Sintaxe utilizada	Sintaxe adaptada para cada plataforma	4 documentos (SCOPUS); 4 (CAPES); 18 (REDALYC)
Critérios de inclusão	Colonialismo britânico; políticas sexuais; Uganda; legislações anti-LGBT	6 documentos incluídos

Critérios de exclusão	Não abordar colonialismo; não tratar de Uganda; desvios temáticos	20 documentos excluídos
Período da busca	Nov–Dez/2024	
Seleção final	—	6 documentos

Fonte: Elaborado pela autora

A análise dos textos consistiu em leitura detalhada de seu conteúdo, com atenção às abordagens teóricas, aos argumentos centrais e aos achados apresentados. Paralelamente, realizou-se a avaliação das listas de referências dos textos selecionados, às quais se aplicou o método bola de neve (Greenhalgh; Peacock, 2005), com o objetivo de identificar estudos sobre legislações de sodomia, nacionalismo homofóbico e tensões pós-coloniais no contexto africano que complementassem o entendimento dos textos. Esse procedimento permitiu ampliar a compreensão do tema a partir da perspectiva da colonialidade do poder, do gênero e do saber, reforçando também a constatação da escassez de material específico que conecte colonialismo britânico e políticas sexuais no caso ugandense. Estão indicadas na tabela abaixo as informações dos artigos selecionados a partir das buscas realizadas pela RSL:

Tabela 3 - Artigos incluídos a partir da RSL

Autor(a/e.s)	Ano	Tipo	Título	Tema Principal	Referência
McNamarah, C. T.	2018	Artigo	Silent, Spoken, Written, and Enforced: The Role of Law in the Construction of the Post-Colonial Queerphobic State	Impacto de leis coloniais na homofobia pós-colonial em Uganda e outros países africanos	MCNAMARAH, C. T. Silent, spoken, written, and enforced: the role of law in the construction of the post-colonial queerphobic state. Cornell International Law Journal, v. 51, n. 2, p. 495–532, 2018.
Rodriguez, S. M.	2017	Artigo	Homophobic Nationalism: The Development of Sodomy Legislation in Uganda	Legado colonial na legislação anti-LGBT em Uganda	RODRIGUEZ, S. M. Homophobic nationalism: the development of sodomy legislation in Uganda. Comparative Sociology, v. 16, n. 4, p. 393–421, 2017.

Rea, C. A	2021	Artigo	Fundamentalismos evangélicos e guerras culturais em contextos africanos: O debate ao redor das leis anti-homossexualidade	Narrativas sobre a África <i>queer</i> ; Uganda como estudo de caso	REA, C. A. Fundamentalismos evangélicos e guerras culturais em contextos africanos: o debate ao redor das leis anti-homossexualidade. Anuário Antropológico, v. 46, n. 2, p. 127–151, 2021.
Rea, C. A	2018	Artigo	Descolonização, feminismos e condição queer em contextos africanos	Homofobia na África; abordagem descolonizada	REA, C. A. Descolonização, feminismos e condição queer em contextos africanos. Revista Estudos Feministas, v. 26, n. 3, 2018.
Zarco Hernández, F.; Pujol Tarrés, J.	2016	Artigo	Geopolítica del cuerpo e intimidad entre hombres en la homofobia de Estado en África	Corporalidade e políticas anti-LGBT na África; Uganda	ZARCO HERNÁNDEZ, F.; PUJOL TARRÉS, J. Geopolítica del cuerpo e intimidad entre hombres en la homofobia del Estado en África. Alteridades, v. 26, n. 52, p. 107–115, 2016.
Gontijo, F.	2021	Artigo	Diversidade sexual e de gênero, Estado Nacional e Biopolítica no Sul Global: Lições da África	Relação entre sexualidade, Estado e globalização; Uganda	GONTIJO, F. Diversidade sexual e de gênero, Estado nacional e biopolítica no Sul. Anuário Antropológico, v. 46, n. 2, p. 66–96, 2021.

Fonte: elaborado pela autora

A metodologia adotada permitiu sistematizar e analisar os estudos sobre homofobia em Uganda, articulando o legado colonial britânico, as políticas sexuais contemporâneas e as relações internacionais. Dessa forma, oferece subsídios para compreender como a colonialidade influencia tanto as políticas sexuais no Sul Global quanto a produção de conhecimento sobre o tema.

A partir da sistematização das informações obtidas na RSL, pôde-se identificar, além

das implicações da colonialidade nas políticas sexuais contemporâneas de Uganda, o enquadramento das produções sobre o tema. Todos os textos são artigos científicos, não sendo identificadas teses ou dissertações. O perfil institucional e geográfico dos autores foi analisado considerando as desigualdades que marcam a produção e circulação internacional do conhecimento. Um dos eixos destacados é a distribuição geográfica e institucional: observa-se a presença de pesquisadores vinculados ao Norte Global (*Cornell, London School of Economics*), ao Sul Global (UNILAB, UFPA) e em coautorias Norte-Sul, como o caso da Universidad Autónoma de Barcelona com a *Universidad Autónoma Metropolitana* (México). Essa composição revela dois aspectos centrais: confirma a assimetria descrita por Beigel (2013) e Connell (2015), em que instituições do Norte concentram prestígio e legitimidade científica; e evidencia a existência de colaborações e canais de circulação que escapam parcialmente à lógica hegemônica, como a publicação de pesquisas em periódicos latino-americanos indexados em bases regionais, por exemplo, a REDALYC.

Observando a localização e a indexação das publicações, nota-se que autores vinculados ao Norte publicam majoritariamente em periódicos do Norte Global indexados em bases como a SCOPUS, que possuem maior circulação e peso nos sistemas internacionais de avaliação. Já autores do Sul publicam sobre o tema, em sua maioria, em periódicos latino-americanos indexados em bases como a REDALYC, que desempenham papel fundamental na circulação regional, mas enfrentam barreiras de alcance e prestígio no cenário internacional. Essa dinâmica é analisada por Hountondji (1997), ao destacar que as diferenças de capacidade financeira e institucional para a produção científica reforçam a posição subordinada dos trabalhos originados na periferia, dificultando o desenvolvimento de práticas endógenas de produção de conhecimento. Outro aspecto relevante é a centralidade do idioma e das redes de circulação: publicações em inglês, como as do *Cornell International Law Journal* e da *Comparative Sociology*, alcançam maior difusão global, enquanto publicações em português e espanhol tendem a restringir-se a circuitos de circulação regionais.

Connell (2015) destaca que o problema na produção de conhecimento não está na ausência de ideias do Sul, mas no déficit de reconhecimento e circulação desses saberes globalmente. A análise da RSL considerou também os locais de fala e práticas de conhecimento dos autores, corroborando a avaliação da autora. Embora exista produção significativa do Sul, ela se concentra em periódicos de abrangência regional, cuja indexação limita o alcance internacional desses trabalhos. Essa limitação estrutural perpetua um ciclo de marginalização, que Hountondji (1997) denomina “*extraversão*”: o reconhecimento internacional depende da leitura, apropriação e legitimação das técnicas e paradigmas das

principais revistas do Norte Global. A dinâmica reforça a hegemonia teórica do Norte, dificultando a emergência de epistemologias autônomas do Sul, de modo que os trabalhos do Sul permanecem condicionados aos parâmetros e critérios do sistema dominante, impactando diretamente a transformação e diversificação do conhecimento científico global.

4. RESULTADOS DA RSL:

4.1. Contextualizando a Produção Acadêmica Revisada

Para compreender as contribuições da literatura revisada, é fundamental considerar os autores dos estudos selecionados, bem como suas abordagens metodológicas e os temas centrais discutidos. A investigação desse panorama tem o objetivo de não apenas identificar as contribuições individuais dos autores, mas também compreender as abordagens metodológicas predominantes, os principais eixos temáticos explorados e como esses aspectos estão conectados com as percepções e locais de fala ocupados pelos autores.

Silent, Spoken, Written, and Enforced: The Role of Law in the Construction of the Post-Colonial Queerphobic State (2018) é um artigo da *Cornell International Law Journal*, revista trimestral da Universidade Cornell, com foco no campo do direito internacional, incluindo Direitos Humanos, Direito Internacional Público e Privado, Globalização e Justiça Internacional. O artigo é de Chan Tov McNamarah, professor assistente visitante na *Cornell Law School*, onde leciona sobre gênero, sexualidades e direito. Suas pesquisas incluem direito constitucional, antidiscriminação – interseccionalidade de gênero, sexualidade e raça – e direito penal, com foco em violência motivada por preconceito e regulação de corpos.

O artigo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em análise histórica e comparativa, para propor um modelo analítico que examina as camadas dos sistemas jurídicos que existiram e evoluíram ao longo do tempo em quatro sociedades pós-coloniais: Uganda, Nigéria, África do Sul e Zimbábue. McNamarah explora as origens e o desenvolvimento da *queerfobia* nesses estados pós-coloniais. A pesquisa é sustentada por literatura acadêmica relevante, dados empíricos sobre índices de direitos humanos e uma revisão crítica das narrativas predominantes sobre a *queerfobia* na África. A análise é apresentada a partir de um modelo em camadas (em que, à medida que se distancia das camadas centrais, percebe-se o aumento no uso de coerção na aplicação da lei) que ilustra a evolução das leis e sua influência nas atitudes contemporâneas.

O argumento central é que as leis estabelecidas durante o período colonial, além de criminalizarem a homossexualidade, também moldaram normas sociais que resultaram na marginalização da comunidade LGBT. Para corroborar essa tese, McNamarah avalia o sistema jurídico dos quatro estados africanos que mantiveram códigos penais coloniais, atento às variações em sua aplicação e como essas implicam em diferentes consequências sociais na contemporaneidade. Observa-se que, nas colônias onde as leis coloniais foram implementadas

de forma mais rígida, como em Uganda e Zimbábue, persiste, atualmente, uma percepção social da homossexualidade como imoral e inaceitável, o que se reflete na permanência das leis anti-LGBT.

Homophobic Nationalism: The Development of Sodomy Legislation in Uganda (2017) foi publicado na *Comparative Sociology*, revista dedicada a análises sociológicas comparativas de sociedades e culturas, instituições e organizações, grupos e coletividades, redes e interações. O artigo é de S. M. Rodriguez, professor assistente de Gênero, Direitos e Direitos Humanos na *London School of Economics* (LSE), cuja pesquisa aborda racialização, criminalização, capacitismo e controle de gênero e sexual sobre pessoas de ascendência africana.

A metodologia do artigo baseia-se na análise histórica de textos legislativos, registros parlamentares e estudos pré-existentes. A tese central é que a legislação anti-homossexual em Uganda resulta das dinâmicas de poder colonial e da resistência anti-imperialista, projetando-se como necessidade política para assegurar uma cidadania purificada e tradicional. Para sustentar essa argumentação, o autor articula três tópicos: a legislação colonial anti-sodomia, destacando a Seção 377 do Código Penal Indiano, adotada pelo domínio britânico em Uganda em 1860 e que perdurou após a independência em 1962; o projeto de construção do “cidadão ideal”, heterossexual e alinhado a valores tradicionais, em contraste com sexualidades dissidentes associadas ao Ocidente; e a homofobia como reação às pressões culturais e econômicas do Ocidente, desenvolvendo um discurso que posiciona a homossexualidade como influência imperialista a ser combatida.

Com base na assimilação documental, demonstra-se que as alterações legislativas recentes em Uganda não podem ser interpretadas apenas como tendências contemporâneas, tratando-se de produtos de uma relação histórica com o colonialismo, evidenciando como antigos sistemas legais foram transformados para atender a um novo contexto nacionalista. Observa-se, assim, a interconexão entre o legado das leis coloniais e um projeto nacional contemporâneo, no qual a cidadania ideal está intrinsecamente vinculada a uma luta contra a homossexualidade, considerada necessária para preservar a cultura tradicional africana frente às “ideologias ocidentais”. A homofobia é instrumentalizada como uma ferramenta política para solidificar o nacionalismo e distanciar a nação das influências ocidentais, rotuladas como imperialistas. Explicita-se uma dinâmica de tensões entre identidades coloniais e contemporâneas, proporcionando uma nova perspectiva sobre a homofobia na África.

Caterina Alessandra Rea é professora adjunta no Instituto de Humanidades e Letras/Malês da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), campus

São Francisco do Conde, Bahia. Sua trajetória acadêmica inclui graduação em Filosofia pela *Università Cattolica de Milão*, mestrado em *Clínica do Corpo e Antropologia Psicanalítica* pela *Université Denis Diderot – Paris VII*, e *Diplôme d'Études Approfondies* (DEA) e doutorado em Filosofia pela *Université Catholique de Louvain*, na Bélgica. Suas pesquisas concentram-se em teoria *queer*, feminismos africanos, sexualidades dissidentes e descolonização do conhecimento.

A produção acadêmica de Rea destaca-se ao problematizar os desafios da teoria *queer* no Sul Global, especialmente a partir da crítica *queer of color*. Suas pesquisas analisam a influência dos fundamentalismos evangélicos e das guerras culturais em contextos africanos, com ênfase nas legislações anti-homossexualidade. Entre as publicações levantadas na RSL, destacam-se dois artigos seus: *Fundamentalismos evangélicos e guerras culturais em contextos africanos: O debate ao redor das leis anti-homossexualidade* (2021), publicado no Anuário Antropológico da Universidade de Brasília (UnB), periódico dedicado a dinâmicas socioculturais com foco em gênero, sexualidade, religião e conservadorismo; e *Descolonização, feminismos e condição queer em contextos africanos* (2018), publicado na Revista de Estudos Feministas, que promove o estudo interdisciplinar de gênero, feminismos e sexualidades, com abordagem crítica sobre direitos das mulheres, opressão e resistência.

No primeiro artigo, baseado em metodologia qualitativa de análise de discursos, Rea (2021) argumenta que narrativas que apresentam a homossexualidade como imposição ocidental ignoram a complexidade histórica e cultural das identidades sexuais africanas e reforçam construções coloniais que deslegitimam experiências locais. O texto relaciona essas narrativas às guerras culturais norte-americanas, mostrando como ideologias políticas e discursos anti-homossexuais em países africanos, como Uganda, são influenciados por formas de fundamentalismo cristão originadas nos EUA. Rea argumenta que esses discursos conservadores refletem a exportação de ideias e estratégias da direita cristã americana, que busca moldar moralidade e comportamento em outras culturas por meio de um “neo-imperialismo”. Eles integram um movimento mais amplo para reafirmar valores tradicionais e combater influências ocidentais, com a retórica anti-homossexual como eixo central. A autora observa ainda que a ideia de que a homossexualidade é alheia à cultura africana tem sido usada para mobilizar apoio político e social contra comunidades LGBT, transformando-as em bodes expiatórios na luta contra a influência americana. Rea propõe que as guerras culturais não se limitam a um espaço geográfico, mas estão conectadas globalmente, refletindo uma disputa em que sexualidade e identidade são instrumentalizadas em reivindicações políticas e culturais.

No segundo artigo, Rea (2018) debate descolonização e a condição *queer* em contextos africanos, propondo reflexão crítica sobre a representação da homofobia no continente. A autora questiona duas narrativas predominantes: uma que atribui a homofobia ao essencialismo cultural e fundamentalismos religiosos, sugerindo a homossexualidade como imposição ocidental; e outra que apresenta a África como espaço de retrocessos e intolerância em oposição ao mundo ocidental. O artigo baseia-se em pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, incorporando produções de autores *queer* de diversas regiões africanas, e adota um enfoque interseccional para examinar a genealogia das relações de poder. Essa abordagem permite análise aprofundada das expressões de dissidência sexual e crítica às epistemologias eurocêntricas, promovendo diálogo mais equitativo entre diferentes tradições teóricas.

O texto *Geopolítica del cuerpo e intimidad entre hombres en la homofobia de Estado en África* (2016) foi publicado na revista *Alteridades*, da *Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Iztapalapa* (UAM-I), México. O periódico se dedica à antropologia social e cultural, abordando identidade, poder, gênero, sexualidade, ativismo, migração e corporalidade, promovendo debates interdisciplinares sobre fenômenos sociais contemporâneos. O artigo é de Fernando Zarco Hernández e Joan Pujol Tarrés. Zarco Hernández é doutor e professor da *Escuela Nacional de Estudios Superiores, Unidad Morelia*, da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), atuando em pesquisa-ação participativa, projetos de pesquisa e escrita científica. Pujol Tarrés é professor na *Universidade Autônoma de Barcelona*, com foco em gênero, sexualidade e estudos *queer*.

A publicação de 2016 examina a interseção entre geopolítica, direitos sexuais e intimidade entre homens em contextos de homofobia institucionalizada na África. A partir da análise crítica de documentos da *International Lesbian, Gay, Bisexual and Intersex Association* (ILGA) e com embasamento teórico em Judith Butler e Frantz Fanon, o artigo investiga a complexidade da homofobia de Estado, destacando suas raízes históricas no colonialismo e na imposição de normas ocidentais sobre identidades sexuais e de gênero. Em consonância com Rea (2018; 2021), questiona a ideia de que a homossexualidade seria uma “importação ocidental” e defende debates que reconheçam a sexualidade como parte das identidades africanas. Zarco e Pujol analisam Uganda como um caso que ilustra como o discurso de uma “homossexualidade não-africana” tem sido usado para justificar a opressão e marginalização de pessoas LGBT sob a alegação de preservar valores culturais “autênticos”.

Escrito por Fabiano Gontijo, o artigo *Diversidade Sexual e de Gênero, Estado Nacional e Biopolítica no Sul* (2021) integra o mesmo dossiê⁷ da revista *Anuário Antropológico* (UnB) que publicou outro texto identificado na RSL (Rea, 2021). Gontijo é antropólogo e atualmente ocupa o cargo de Professor Titular no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA). Seus interesses de pesquisa abrangem diversidade sexual e de gênero, biopolítica, nacionalismo e colonialidade, com ênfase nas dinâmicas socioculturais do Sul Global.

O artigo de Gontijo (2021) adota metodologia qualitativa, analisando textos de pesquisadores africanos e referências teóricas para refletir sobre sexualidade e gênero na África. Discute como expressões de diversidade sexual e de gênero são moldadas e reguladas por práticas estatais, considerando os efeitos históricos do colonialismo, imperialismo e capitalismo. O autor argumenta que a biopolítica estatal conforma sexualidades e identidades de gênero a normas alinhadas a interesses políticos, econômicos e sociais, enfatizando a influência das heranças coloniais na construção das percepções sobre gênero e sexualidade, perpetuando desigualdades e preconceitos. O artigo também aborda dinâmicas de poder globais e a influência de discursos internacionais de direitos humanos sobre políticas locais, evidenciando a imposição de modelos ocidentais nem sempre compatíveis com as realidades africanas. Para ilustrar essas tensões, Gontijo utiliza Uganda como exemplo dos conflitos entre normativas ocidentais de direitos humanos e especificidades culturais locais.

O estudo ressalta que as experiências de diversidade sexual e de gênero na África não podem ser analisadas de forma isolada, mas devem ser compreendidas em sua interconexão com as estruturas de poder estatal, as dinâmicas globais e os legados coloniais. Essa abordagem evidencia a complexidade das identidades e das práticas sociais em um contexto permeado por tensões culturais e políticas, demonstrando como os processos históricos e as influências externas continuam a moldar as concepções e regulamentações sobre gênero e sexualidade no continente.

4.2. Conexões metodológicas e Eixos analíticos

Avaliando os artigos da RSL, percebe-se a predominância de metodologias qualitativas, como análise histórica, revisão de literatura e análise de discursos, que permitem compreensão aprofundada de gênero, sexualidade e homofobia em contextos pós-coloniais. A

⁷ Intitulado *Sexualidades e suas repercussões sociais em contextos africanos*, o dossiê traz 5 artigos em português, a versão em inglês de um deles, além de um artigo de introdução à coletânea. O dossiê está disponível em <https://journals.openedition.org/aa/8280#>.

revisão bibliográfica é central, pois todos os autores fundamentam suas análises em produções acadêmicas relevantes, frequentemente interseccionando perspectivas críticas sobre colonialismo, nacionalismo e religião. Cada autor integra esses elementos de forma distinta: McNamarah (2018) adota modelo comparativo entre contextos africanos; Rea (2021) foca nas influências de fundamentalismos religiosos importados; e Gontijo (2021) discute tensões entre biopolítica e colonialismo. Essa diversidade oferece visão multifacetada das dinâmicas entre políticas sexuais e legado colonial, mostrando que os debates sobre sexualidade em Uganda se desenvolveram de forma robusta, com análises precisas das especificidades locais, sem reduzir as questões a explicações simplistas ou dicotômicas.

Além de observar a diversidade analítico-metodológica, torna-se igualmente necessário considerar que tais produções estão inseridas em estruturas mais amplas de circulação e legitimação do conhecimento. Nesse sentido, a riqueza identificada deve ser compreendida também a partir das desigualdades que organizam a produção científica em escala global e mesmo diante de uma produção significativa no Sul, a formulação teórica e a legitimidade epistemológica permanecem concentradas nos centros do Norte, condicionando a produção científica desenvolvida em contextos periféricos a operar dentro de parâmetros definidos por essa hierarquia e de limites estruturais de difusão e reconhecimento, reforçando a colonialidade do saber que estrutura o campo científico em escala global. Considerar essa dinâmica permite compreender de forma mais precisa o enquadramento das análises sobre gênero, sexualidade e colonialidade, estabelecendo uma transição importante para a identificação dos eixos temáticos que organizam a literatura examinada.

A partir deste enquadramento, os artigos podem ser organizados em quatro eixos temáticos: Legado Colonial e Construção da *Queerfobia* Estatal; Nacionalismo, Religião e Homofobia; Descolonização, Feminismos e Condição *Queer*; e Geopolítica e Sexualidade. O primeiro eixo destaca a convergência dos autores quanto ao impacto do colonialismo na formulação das políticas sexuais contemporâneas nos Estados africanos. Mais que pano de fundo histórico, o colonialismo aparece como estrutura ativa que molda regimes jurídicos, normas morais e formas de pertencimento social. McNamarah (2018) mostra como legislações anti-homossexuais introduzidas durante o período colonial continuam a influenciar sistemas jurídicos de Uganda, Nigéria e Zimbábue, estruturando a marginalização de sujeitos *queer* e produzindo herança normativa que associa sexualidades dissidentes à ilegalidade e imoralidade. Rodriguez (2017) complementa, discutindo como a legislação anti-sodomia em Uganda não só foi mantida após a independência, mas se transformou em instrumento de construção nacional, vinculada a discursos de resistência anti-imperialista e à produção do

“cidadão ideal” heterossexual. Zarco e Pujol (2016) reforçam essa perspectiva ao mostrar que a homofobia de Estado é subproduto da imposição de normativas sexuais ocidentais durante o colonialismo, evidenciando que a repressão atual não pode ser compreendida sem considerar a colonialidade persistente que organiza corpos, afetos e intimidades.

O segundo eixo, Nacionalismo, Religião e Homofobia, ressalta a influência de fundamentalismos religiosos na instrumentalização de discursos que legitimam políticas anti-LGBT. Nesses textos, a religião não aparece só como crença, mas como força política que estrutura projetos morais de nação. Rea (2021) argumenta que discursos evangélicos conservadores, em grande parte importados dos Estados Unidos, têm sido mobilizados em países africanos para justificar legislações repressivas, evidenciando a circulação transnacional de guerras culturais e a exportação de agendas morais que se adaptam a contextos locais. Rodriguez (2017) demonstra como a homofobia é utilizada para fortalecer identidades nacionais em oposição a supostas influências ocidentais, convertendo sexualidades dissidentes em símbolos de ameaça à tradição e à soberania cultural. McNamarah (2018), por sua vez, aponta que a persistência da legislação anti-homossexual se sustenta, em parte, na associação entre moralidade religiosa e legalidade estatal, produzindo um entrelaçamento entre fé, direito e política que naturaliza a exclusão. Em conjunto, os autores evidenciam que nacionalismo e religião operam como tecnologias de poder que transformam a homofobia em linguagem legítima de defesa da nação.

O eixo Descolonização, Feminismos e a Condição *Queer* surge da necessidade de descolonizar o debate sobre gênero e sexualidade e de questionar os enquadramentos teóricos eurocêntricos que historicamente definiram o que conta como sexualidade legítima. Rea (2018) critica narrativas binárias que contrapõem a homofobia africana ao progresso ocidental, mostrando como essas leituras reforçam hierarquias coloniais de civilização e barbárie. Gontijo (2021) aprofunda essa discussão ao analisar como a biopolítica estatal regula corpos e identidades, mantendo padrões coloniais de exclusão que classificam, normalizam e disciplinam sexualidades. Zarco e Pujol (2016) reforçam essa análise ao destacar como discursos sobre uma “homossexualidade não-africana” perpetuam estruturas de opressão herdadas do colonialismo, apagando histórias locais de dissidência sexual. Nesse eixo, os autores convergem na defesa de uma abordagem que reconheça a pluralidade das experiências africanas e que produza epistemologias *queer* situadas, capazes de romper com leituras universalizantes impostas pelo Norte Global.

Finalmente, o eixo Geopolítica e Sexualidade aborda a interação entre dinâmicas políticas globais e regulações locais sobre sexualidade, evidenciando que as disputas em torno

dos corpos e dos desejos não se restringem ao plano nacional, mas integram campos de força transnacionais. Gontijo (2021) discute como discursos internacionais de direitos humanos impactam políticas locais, gerando tensões entre valores tradicionais, soberania estatal e normas globais. Rea (2021) se conecta a essa discussão ao argumentar que a exportação de ideologias religiosas conservadoras dos Estados Unidos tem impulsionado leis anti-LGBT em Uganda e outros países, mostrando que o conservadorismo sexual também é globalizado. Zarco e Pujol (2016) abordam essa interseccionalidade ao analisar a homofobia de Estado a partir da geopolítica do corpo, na qual sexualidades tornam-se territórios simbólicos de disputa entre projetos políticos globais. Assim, a sexualidade aparece como ponto de articulação entre colonialidade, religião, direitos humanos e estratégias de poder internacional.

Os artigos analisados demonstram que a *queerfobia* nos Estados africanos é um fenômeno complexo, enraizado em processos coloniais, instrumentalização nacionalista, fundamentalismos religiosos e dinâmicas geopolíticas globais. Ao articular diferentes enfoques teóricos e metodológicos, os autores constroem um campo analítico que evidencia como gênero e sexualidade permanecem centrais na disputa contemporânea por soberania, moralidade e pertencimento social.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo geral mapear a literatura sobre políticas sexuais em Uganda, com a finalidade de investigar como estas são influenciadas pela colonialidade. Para tanto, estabeleceu-se como pergunta de pesquisa: de que maneira a literatura aborda as políticas voltadas à população LGBT em Uganda e sua relação com o passado colonial britânico? A análise do contexto em que são constituídas as políticas sexuais de Uganda permitiu observar o papel do imperialismo na imposição de políticas de regulação da sexualidade, bem como a persistência da colonialidade, uma vez que as políticas atuais são adotadas reafirmando o código penal herdado do período colonial. Foi possível constatar que as políticas sexuais não são determinadas apenas por dinâmicas domésticas, sua construção é influenciada por processos internacionais. Nesse sentido, o caso de Uganda mostrou-se relevante pelo caráter punitivo que tais políticas assumem no Estado.

Os resultados apontam, ainda, um número limitado de produção acadêmica que articule políticas sexuais e colonialidade no caso ugandês, uma vez que a consolidação dos resultados revelou um conjunto reduzido de artigos pertinentes, evidenciando escassez na produção científica sobre a temática e a necessidade de aprofundar a análise sobre como as políticas sexuais vêm sendo construídas no país, especialmente quando observada sua interconexão com dinâmicas históricas e internacionais. Identificou-se também, que a produção se restringe ao formato de artigos, e que nenhum dos periódicos levantados é diretamente vinculado ao campo de estudos das Relações Internacionais.

Os resultados obtidos a partir das buscas realizadas na RSL evidenciam limites relacionados às próprias bases de dados utilizadas. A pesquisa foi conduzida em três plataformas com ampla circulação acadêmica – a SCOPUS, o Portal de Periódicos CAPES e a REDALYC –, o que foi feito na expectativa de obter uma cobertura expressiva do tema em diferentes escalas de produção científica. Ainda assim, no entanto, observou-se limitações nos achados. Esse cenário sugere lacunas nos mecanismos de indexação e recuperação das bases consultadas e também assimetrias mais amplas na visibilidade e circulação internacional de determinados debates. Nesse sentido, ressalta-se a ausência, nos resultados obtidos, de autores reconhecidos no campo de estudos sobre políticas sexuais, colonialidade e o caso de Uganda, como Adrien Djunkou, Matthew Waites e Gustavo Gomes da Costa Santos. Essa limitação evidencia que a própria produção e circulação do conhecimento sobre políticas sexuais no Sul Global permanece atravessada por hierarquias epistêmicas que influenciam quais agendas, autores e perspectivas alcançam maior projeção nos circuitos acadêmicos internacionalizados.

A análise do conteúdo coletado por meio da RSL, conduzida de modo exploratório e interpretativo, permitiu observar como modernidade e colonialidade são processos indissociáveis e determinantes na produção das formas pelas quais se conhece a realidade. A partir da observação do local e das áreas temáticas dos periódicos da literatura revisada, identificou-se que a produção acadêmica sobre o tema é predominantemente ocidental, com maior visibilidade em publicações de indexação anglófona, não africanas e externas ao campo das Relações Internacionais.

Por fim, os eixos temáticos identificados – Legado Colonial e Construção da *Queerfobia* Estatal; Nacionalismo, Religião e Homofobia; Descolonização, Feminismos e Condição *Queer*; Geopolítica e Sexualidade – apontam os debates atualmente travados na literatura e indicam caminhos possíveis para o desenvolvimento de futuras pesquisas na temática. Assim, este estudo demonstra que há uma lacuna relevante nas Relações Internacionais quanto à articulação entre sexualidade, colonialidade e contextos africanos, a exemplo de Uganda, e que o enfrentamento dessa ausência constitui uma agenda necessária para a ampliação crítica, empírica e epistemológica do campo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. E. C.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SANTOS, H. F.; AMARAL, A. M. F.; FREITAS, J. Como fazer uma revisão sistemática da literatura? Um guia prático de governança marinha. In: FERNANDES, I. F. (org.). **Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/eprk2cy8>. Acesso em: 20 set. 2024.
- BEIGEL, F. **The politics of academic autonomy in Latin America**. Farnham: Ashgate, 2013.
- BHAMBRA, G. K. **Sociology and postcolonialism: another ‘missing’ revolution?** Sociology, v. 41, n. 5, p. 871–884, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038038507080442>.
- BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. London: Routledge, 2006.
- CARVALHO PINTO, V. **Métodos de pesquisa em relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2023.
- CENTER FOR CONSTITUTIONAL RIGHTS. **Sexual Minorities Uganda v. Scott Lively**, 2019. Disponível em: <https://ccrjustice.org/home/what-we-do/our-cases/sexual-minorities-uganda-v-scott-lively>. Acesso em: 15 maio 2024.
- CHENEY, K. **A debate beyond sexuality: “Tradition,” human rights and Uganda’s gay death penalty**. Public Affairs, v. 51, p. 30, 2010.
- CONNELL, R. **Meeting at the edge of fear: theory on a world scale**. Feminist Theory, v. 16, n. 1, p. 49–66, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464700114562531>.
- CONNELL, R.; COLLYER, F.; MAIA, J.; MORRELL, R. **Toward a global sociology of knowledge: post-colonial realities and intellectual practices**. International Sociology, v. 32, n. 1, p. 21–37, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0268580916676913>.
- DUSSEL, E. **Eurocentrism and modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures)**. boundary 2, v. 20, n. 3, p. 65–76, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/303341>. Acesso em: 16 jan. 2026.
- EPPRECHT, M. **Homosexual tropes and LGBTI strategies of visibility: South Africa and the dream of love to come – queer sexuality and the struggle for freedom**. The Journal of African History, Cambridge, v. 54, n. 2, p. 298–300, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S001853713000414>.
- EPPRECHT, M. **Hungochani: The history of a dissident sexuality in Southern Africa**. Montreal; Kingston: McGill-Queen’s University Press, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9780773572119>.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES DA COSTA, G. **Reflexões sobre o legado colonial português na regulação das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo em Moçambique**. Anuário Antropológico, v. 46, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.8325>.

GREENHALGH, T.; PEACOCK, R. **Effectiveness and efficiency of search methods in systematic reviews of complex evidence: audit of primary sources**. BMJ, v. 331, n. 7524, p. 1064–1065, 2005. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/331/7524/1064>. Acesso em: 11 jul. 2025.

HALL, S. **O Ocidente e o Resto: discurso e poder**. In: Formations of Modernity. Tradução de Carla D'Elia. Projeto História, n. 56, p. 314–361, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/30023/20834>. Acesso em: 13 jan. 2026.

HOUNTONDJI, P. J. (ed.). **Endogenous knowledge: research trails**. Dakar: CODESRIA, 1997.

LUGONES, M. **Heterosexualism and the colonial/modern gender system**. Hypatia, v. 22, n. 1, p. 186–219, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2007.tb01156.x>.

LUGONES, M. **Toward a decolonial feminism**. Hypatia, v. 25, n. 4, p. 742–759, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2010.01137.x>.

MAMDANI, M. **Citizen and subject**. Princeton: Princeton University Press, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781912281602>.

MASSAD, J. A. **Re-orienting desire: the Gay International and the Arab world**. Public Culture, v. 14, n. 2, p. 361–385, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/08992363-14-2-361>.

MEDINA, E.; MARQUES, I.; HOLMES, C. (eds.). **Beyond imported magic: essays on science, technology and society in Latin America**. Cambridge, MA: MIT Press, 2014.

MUDIMBE, V. Y. **The idea of Africa**. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1994.

QUIJANO, A. **Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America**. International Sociology, v. 15, n. 2, p. 215–232, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0268580900015002005>.

RAO, R. **Out of Time: The Queer Politics of Postcoloniality**. New York: Oxford Academic, 2020.

RAO, R. **Third World Protest: Between Home and the World**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

RICHARDSON, D. **Rethinking sexual citizenship**. Sociology, v. 51, n. 2, p. 208–224, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038038515609024>.

SADGROVE, J.; VANDERBECK, R.; ANDERSSON, J.; VALENTINE, G.; WARD, K. **Morality plays and money matters: towards a situated understanding of the politics of homosexuality in Uganda**. Journal of Modern African Studies, v. 50, p. 103–129, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022278X11000620>.

TAMALE, S. **Decolonizing and reconstructing Africa: an Afro-feminist-legal critique**. Ottawa: Daraja Press, 2020.

TAMALE, S. **Research and theorising sexualities in Africa**. In: TAMALE, S. (org.). *African Sexualities: a reader*. Cape Town: Pambazuka Press, 2011. p. 16–62.

THIEL, M.; PICQ, M. (orgs.). **Sexualities in world politics: how LGBTQ claims shape international relations**. New York: Routledge, 2015.

VESSURI, H. **Science, politics and democratic participation in policy-making: a Latin American view**. *Technology in Society*, v. 25, p. 263–273, 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0160-791X\(03\)00020-4](https://doi.org/10.1016/S0160-791X(03)00020-4).